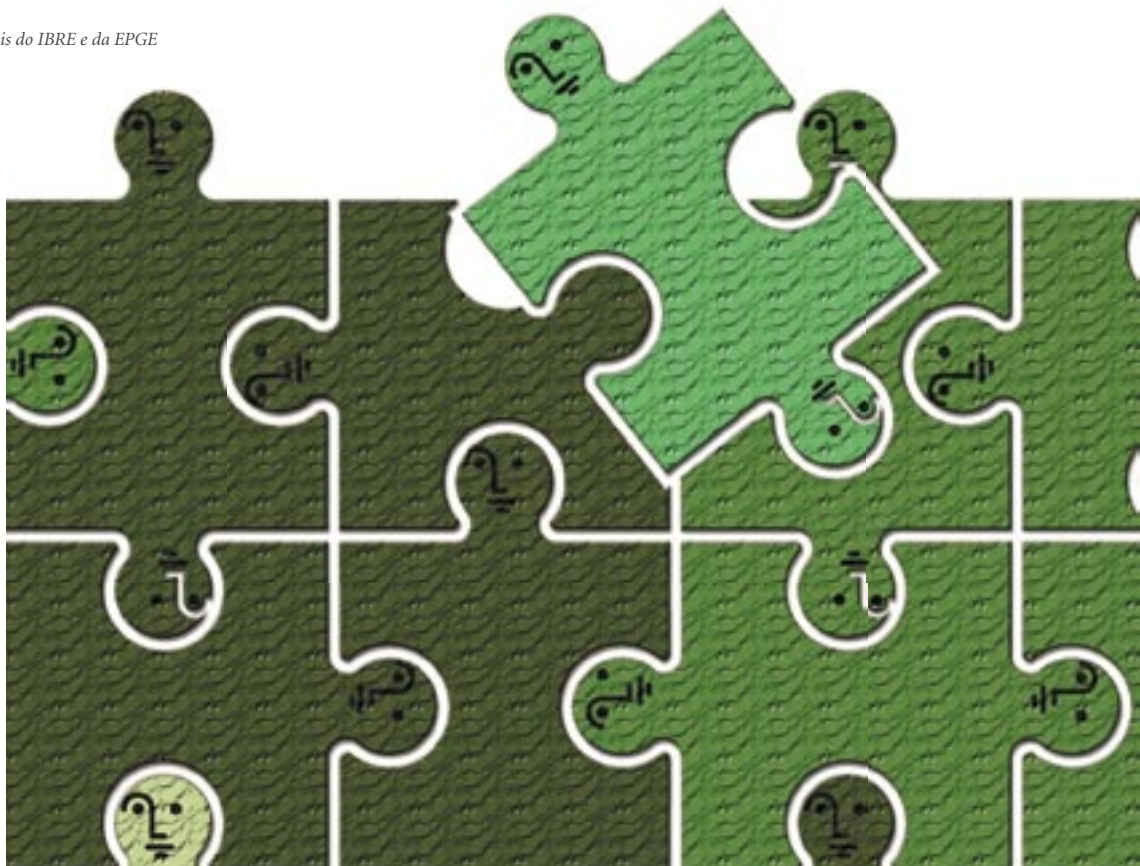


# A nova classe média

Marcelo Neri

Economista-Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE  
(mcneri@fgv.br)

O Brasil foi promovido no primeiro semestre de 2008 a *investment grade* pelas agências de *rating* internacionais. No fim de 2007, passou a integrar o grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto pela ONU. Revelamos aqui a contrapartida disto no dia-a-dia da parte mais sensível da “anatomia humana”: o bolso. Informamos o debate com dados inéditos para 2007 e 2008 explorados em pesquisa do Centro de Políticas Sociais ([www.fgv.br/cps/classemidia](http://www.fgv.br/cps/classemidia)).<sup>1</sup> A principal inovação social observada é a ascensão de uma nova classe média tupiniquim.



Tal como na metáfora do retrovisor e do pára-brisa, se quisermos nos guiar pela realidade brasileira, é preciso deixar de olhar apenas para os dados defasados e mirar a cena corrente. Mesmo antes de olhar para o futuro, até por que há muita incerteza e nebulosidade em função da crise americana, ora em curso, é preciso antes explorar os dados mais atuais disponíveis deste admirável mundo novo que se descortina a cada instante.

Processamos microdados até abril de 2008, inexplorados em bases familiares, seja no cálculo de índices de pobreza, de bem-estar ou de mobilidade social. Função da continuidade da tendência de redução da miséria aqui apresentadas em primeira mão, há a emergência de uma nova classe média brasileira nesta década que se confirma aqui como a da redução da desigualdade. Não há na história estatisticamente documentada do país (desde 1960) nada similar à redução da desigualdade observada desde 2001, comparável em magnitude ao famoso aumento da desigualdade dos anos de 1960.

Depois de duas décadas perdidas de renda e do trabalho, a combinação de crescimento mais acelerado com marcada redução de desigualdade por um período mais longo é uma história de redução da pobreza que vale a pena ser contada,

por conta do seu ineditismo. Em muitos casos as análises dão ênfase ao papel das altas transferências de renda públicas à população como expansão do Bolsa Família e das transferências previdenciárias, contributivas ou não, associadas aos reajustes reais dados ao salário mínimo. Argumentamos que pelo menos desde 2004 o aumento de renda do trabalho rivaliza com estas transferências na explicação das melhorias de renda para o conjunto da população (e desde 2001 para os segmentos mais pobres da população). Isto está bem documentado nas séries da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) que vão até outubro de 2006. No entanto, a extensão da reversão trabalhista recente e o crescimento absoluto dos grupos médios da população brasileira ainda não foram detalhados.

**Predomínio** — Desde o final de 2006 até agora, há a predominância maior da renda do trabalho, em geral, e da geração de empregos formais, em particular. O ingrediente fundamental deste crescimento do bolo com mais fermento para os grupos pobres dos últimos dois anos é a recuperação do mercado de trabalho. Dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE) em todo território nacional indicaram em junho de 2008, 1,881 milhão de novos postos de trabalho

formais nos últimos 12 meses. Em seguida, fazemos um *zoom* nas seis principais regiões metropolitanas. A proporção de empregos gerados na área vem crescendo, atingindo no primeiro semestre de 2008, 387 mil vagas, algo em torno de 28,5% do total, a maior proporção da série histórica iniciada em 1992 — esse percentual era de apenas 12,45%, em 2003. Estes dados evidenciam uma recuperação do protagonismo nacional das principais cidades brasileiras, a caixa de percussão dos eventos nacionais. Depois de anos de crise metropolitana, a classe média está crescendo lá em contrapartida à redução da miséria nestes lugares, e isto se deve à geração de trabalho na iniciativa privada. A volta da carteira de trabalho assinada talvez seja o elemento mais simbólico da classe média brasileira.

Lançamos mão aqui do processamento dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela sua agilidade, o que nos permitiu diminuir a defasagem média de 18 meses da PNAD para menos de quatro meses. Isso nos permitiu levar a avaliação da trajetória dos indicadores sociais para meados de 2008. O aumento de velocidade é requisito necessário para que se possa vislumbrar a continuidade, ou não, da melhora distributiva observada desde o começo da década.

Observamos manutenção de ritmo da redução da desigualdade de renda do trabalho entre o final de 2006 e meados de 2008. Se redução da pobreza fosse uma competição disputada pelos trabalhadores das seis principais metrópoles brasileiras, quais seriam os melhores momentos dos últimos seis anos? O pódio acolheria os últimos 12 meses: 2007-08 (-13,5%), seguidos do mesmo período de 2004-05 (-12,3%) e depois de 2006-07 (-8%). Cabe lembrar que o primeiro e último ainda não foram incorporados às estatísticas sociais oficiais. Quais das metrópoles brasileiras tiveram maior redução de miséria nos últimos seis anos? A resposta seria Belo Horizonte (-40,8%), Rio de Janeiro (-30,7%) seguido de perto de Salvador (-29,8%). O foco dado foi nas grandes metrópoles em função da maior disponibilidade de dados recentes (até abril de 2008). Cabe dizer que tem havido deslocamentos das tendências captadas nas diferentes cidades e novidades na comparação com outras áreas do país.

Além da centralidade da renda do trabalho *vis-à-vis* as rendas públicas, das metrópoles *vis-à-vis* o resto do país, e da emergência da classe média, é preciso ter como pano de fundo a mudança do contexto internacional. Até meados de 2007, apesar de um crescimento mais forte do PIB brasileiro desde 2004 *vis-à-vis* as chamadas duas décadas perdidas anteriores, corríamos atrás do crescimento das economias centrais, em especial das emergentes como Índia e China.

O fato que tem sido reportado nos principais jornais estrangeiros, é que o Brasil hoje é a bola da vez, não de crise, mas de oportunidade em relação ao contexto internacional. Substanciamos aqui com dados mais atuais este novo sentimento de prosperidade num mundo mais arriscado. Esta melhoria se expressa nos elementos que ocupavam há pouco o epicentro

## Os limites da classe C, que auferem a renda média brasileira, seriam as fronteiras para Índia e a Bélgica da “Belíndia”

da nossa crise, quais sejam: a renda do trabalho, o emprego com carteira, as metrópoles e a chamada classe média. Outra novidade bem colocada por Mac Margolis, correspondente da revista americana *Newsweek* no Brasil, é que pela primeira vez, nos seus mais de 30 anos vivendo no país, a palavra crise quando pronunciada aqui refere-se a alhures.

**Estratos econômicos** — Existem pelo menos duas perspectivas para se conceituar classe média. Uma primeira é pela análise das atitudes e expectativas das pessoas. A sondagem do consumidor divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) em bases mensais para o Brasil segue nesta direção. Este tipo de abordagem foi bastante desenvolvido nos anos de 1950 e 1960 por George Katona, psicólogo behaviorista que tinha no economista James Tobin, um de seus grandes admiradores. Seguindo, nesta linha, Thomas Friedman, colunista internacional do *New York Times* em seu recente *best-seller* “O Mundo é Plano”, define classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Esta fábrica de realização de sonhos individuais é o motor fundamental para conquista da riqueza das nações. O combustível é o anseio de subir na vida, já o lubrificante seria o ambiente de trabalho e negócios.

Complementarmente propomos o Índice de Felicidade Futura (IFF) desenvolvido por nós em projeto para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) a partir de uma amostra de mais de 132 países cobertos pelos microdados do Gallup World Poll de 2006 — este índice será lançado em breve. O que podemos antecipar é que os dados indicam que a classe média no Brasil medida pelo diferencial entre o nível presente e futuro de felicidade é alta *vis-à-vis* outros países.

A segunda forma de definir as classes econômicas E, D, C, B e A é pelo potencial de consumo. O Critério Brasil usa acesso e número de bens duráveis (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, videocassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica e nível de instrução do chefe de família.

Tab. 1 – A estrutura das classes econômicas

	Classe C		Classes A e B		Classes D e E	
	Taxa (%)	M. Móvel Taxa (%)	Taxa (%)	M. Móvel Taxa (%)	Taxa (%)	M. Móvel Taxa (%)
Abr. 02	44,19		12,99		42,82	
Abr. 03	42,49	43,42	11,59	12,97	45,92	43,61
Abr. 04	42,26	42,80	11,61	11,55	46,13	45,65
Abr. 05	46,70	46,21	12,61	12,57	40,70	41,23
Abr. 06	48,59	48,72	13,60	13,20	37,80	38,09
Abr. 07	48,87	50,11	14,41	14,26	36,73	35,64
Abr. 08	51,89	50,81	15,52	15,19	32,59	33,99

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

Obs.: Média Móvel de 12 meses encerrada no período.

## Indicadores do *boom* na classe C — casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho — estão nos seus níveis recordes

Este critério estima os pesos a partir de equação minceriana de renda. Além de estarmos medindo isso, propomos conceitualização complementar para medir a evolução da nova classe média no Brasil também do ponto de vista do produtor. Ou seja, da capacidade de manter de fato este potencial de consumo ao longo do tempo. Este tipo de preocupação com educação e inserção ocupacional consta em critérios aplicados na Inglaterra, Portugal e Índia.

O aspecto inovador da metodologia é a sua capacidade de olhar para aspectos simbólicos da classe média, tais como a carteira de trabalho, a entrada na universidade ou na era da informática e aliarmos a aspecto de *status* social ligado a demanda privada por bens que eram monopólio do Estado, como previdência, escola, saúde e crédito imobiliário. Desde o seminal trabalho de Robert Hall de 1977 sabemos que o consumo corrente contém informação sobre os padrões futuros de consumo, já a análise da composição destas despesas, separando o hedonismo da capacidade de produção a um mesmo nível de despesas das pessoas é útil. Nos termos da fábula de La Fontaine há que se distinguir as formigas das cigarras consumistas.

Ao contrário de análises da distribuição de renda relativa onde mapeamos a parcela relativa de cada grupo na renda total, nos fixamos aqui na parcela da população que está dentro de determinados parâmetros fixados para todo o período. Ou seja, estamos preocupados com a renda absoluta de cada pessoa. A presente abordagem é similar àquela usada na análise de pobreza absoluta, só que estamos preocupados também com outras fronteiras, como aquelas que determinam a entrada na classe média e a saída deste grupo para a classe alta.

**Tab. 2 – Matriz de destinos (quem era Classe C inicialmente)**

	Período 2 (Abril)			
	Classe E	Classe D	Continua Classe C	Elite A ou B
Janeiro				
2003	8,82	10,02	78,78	2,39
2004	6,26	8,55	81,04	4,15
2005	4,20	6,35	86,95	2,50
2006	5,63	6,17	85,11	3,10
2007	376	6,52	86,35	3,37
2008	3,70	6,98	84,58	4,74

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

A PME oferece a possibilidade de captarmos o filme das mesmas famílias, separando os emergentes daqueles que já pertenciam à classe C. Também permitem identificar os novos destinos dos que habitavam inicialmente o segmento da classe C, seja de retrocesso (classe E), seja de ascensão (classe A e B). Apesar da crise anunciada, desde 2002 a probabilidade de ascender da Classe C para a Classe A e B nunca foi tão alta e a de cair para a Classe E nunca foi tão baixa como nos idos de 2008.

**Pizza** — Fazendo uma analogia, na análise distributiva relativa estamos num gráfico de pizza de tamanho fixo onde para um grupo aumentar, outro tem de diminuir. Na análise absoluta aqui utilizada, além da dança distributiva, o tamanho de pizza pode mudar. O que está por trás do resultado é que além dos de renda mais baixa terem se apropriado de uma maior parcela relativa da pizza (a redução da desigualdade), a mesma aumentou de tamanho (o crescimento). Passou, digamos, de um tamanho brotinho para média. Na presente análise estamos preocupados não só na parcela relativa, mas na quantidade de pizza apropriada por cada estrato da sociedade — nossa classificação se baseia em renda do trabalho do grupo em idade ativa de 15 a 60 anos.

A classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. A fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar *per capita* do trabalho e depois a expressamos em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes. A faixa C está compreendida entre os R\$ 1.064 e os R\$ 4.561 a preços de hoje na grande São Paulo. A nossa classe C está compreendida entre os imediatamente acima dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século.<sup>2</sup> Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. Investigamos aqui as migrações entre estes diferentes Brasis. A nossa classe C auferia a renda média da sociedade no sentido estatístico. Ela é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira. Dada desigualdade, a renda média brasileira é alta em relação aos estratos inferiores da distribuição.

Na comparação com o mundo, constata-se que 80% das pessoas vivem em países com níveis de renda *per capita* menores que o brasileiro. A distribuição de renda no Brasil é próxima daquela observada no exterior. Temos uma renda ajustada por paridade de poder de compra (PPC) similar a mundial e o Gini interno é semelhante àqueles observados entre o PIB *per capita* PPC entre países. Ou seja, a nossa classe média não seria diferente daquela observada no mundo usando os mesmos métodos.

**Comparação** — Talvez por isso, o estudo mais recente sobre classe média mundial da Goldman Sachs (“The Expanding Middle”) gere resultados próximos à nossa classe C: R\$ 859 a R\$ 4.296 deles, contra R\$ 1.064 a R\$ R\$ 4.591, nosso, ambos expressos em valores de hoje em São Paulo. Outros estudos internacionais variam bastante a definição de classe média: de R\$ 115 a R\$ 516 no trabalho de Barnajee & Duffo, do MIT, de 2007, até R\$ 2.435 a R\$ 10.025 do Banco Mundial (*Global Economic Prospects/2007*) — este último mais próximo da definição da classe média em países desenvolvidos, segundo estudo da Goldman Sachs.

A nossa classe C está dentro dos limites deles que variam muito entre si. Alguns olham para a classe C brasileira e a enxergam como média baixa e para a nossa classe B a vêem como média alta. O mais importante é ter um critério



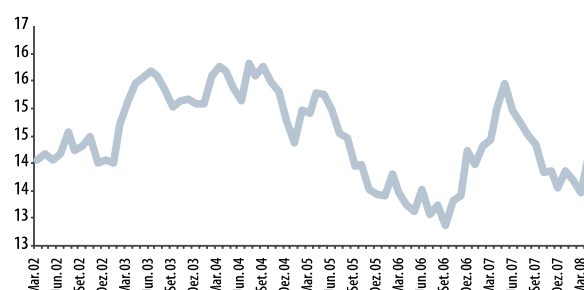
consistente definido. De toda forma, aquele pertencente a nossa classe A que se julga classe média, procure as palavras *Made in USA* atrás de seu espelho. Agora, a parcela da classe C subiu 22,8%, de abril de 2004 a abril de 2008, e neste mesmo período as classes A e B subiram 33,6%. Portanto, para quem acha classe média mais rica que a nossa classe C, a conclusão que a classe média cresceu não é afetada, pelo contrário. Outros indicadores apontam a ocorrência de um *boom* na classe C: casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho estão todos nos seus níveis recordes históricos.

A transformação de uma longa história está descrita na tabela da evolução das Classes Econômicas. A fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar *per capita* do trabalho de 15 a 60 anos, para depois expressá-la em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes através da PNAD de 2006. A faixa C central está compreendida entre os R\$ 1.064 e os R\$ 4.561 de renda domiciliar a preços de hoje na grande São Paulo. A classe C configura um aumento de 17,03% da sua importância relativa desde abril de 2002. Se fixarmos o período inicial para depois da instabilidade de 2002 e da recessão de 2003 e passarmos para abril de 2004, há um aumento de quase 4% ao ano acima do crescimento populacional da classe C. Ao separarmos da análise, notamos um comportamento mais errático da classe D ao longo do tempo. A participação da classe D fica constante na comparação dos extremos da série: passa de 14,18%, em abril de 2002, para 14,2%, em abril de 2008. Ou seja, as pessoas não migraram da classe E para D, mas para estratos superiores.

**Dança distributiva** — Além de mais atuais, os dados aqui analisados permitem acompanhar as mesmas famílias ao longo do tempo e observar as transições delas para fora e para dentro de estados de classe C. Mal comparando, enquanto os estudos tradicionais baseados na PNAD, e mesmo na PME, nos fornecem fotografias estáticas dos grupos da sociedade em diferentes instantes do tempo. A abordagem inicial usada aqui consiste em calcular as probabilidades de transição da classe C para dentro e para fora dos quatro grupos da sociedade das classes E, D, B e A bem como de não-transição entre estes grupos no período de quatro meses consecutivos iniciados em março de 2002. O último dos grupos analisados começa em janeiro de 2008 e termina em abril de 2008.

O aspecto longitudinal dos dados de renda familiar *per capita* do trabalho nos fornecerá a evidência empírica básica sobre o padrão de mobilidade social observado na prática. Apresentamos inicialmente os dados das pessoas que entram ou saem dos dois estados principais ao longo do tempo, qual seja classe média (14,87%) e classe E (11,34%). Isto quer dizer que a cada período de quatro meses de 2002 a 2008, 14,87% das pessoas entram ou saem da classe média e outros 11,34% entram ou saem da E. A maior mobilidade em relação à classe média era de se esperar, pois inclui pessoas

### Participação da classe D (%)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE. Critério renda habitual.

que sobem dos grupos inferiores para a classe média e desta para grupos superiores, assim como as pessoas que caem seja dos estratos superiores para a classe média como desta para estratos inferiores. Já as entradas e saídas da classe E só ocorrem para grupos superiores, o que gera menores possibilidades de transição.

A análise da evolução destes respectivos índices de mobilidade ao longo do tempo indica picos de mobilidade do final de 2002 e a partir do final de 2007, coincidentes com aumentos de incerteza das condições macroeconômicas. Ao separarmos os movimentos de entrada e saída de cada estado temos uma visão mais apurada da natureza dos movimentos em questão. Os riscos de entrada na classe E têm caído ao longo do tempo, enquanto os de saída, além de se situarem em patamares maiores no período, flutuam um pouco mais. Cabe ressaltar os dois picos da série de saída da classe E em meados de 2004, na retomada após a recessão de 2003 e o recorde positivo observado já em 2008. Ou seja, seguindo o hexagrama chinês de como a junção de duas trigramas de perigo e oportunidade, 2008 representa paradoxalmente aumento de risco de boas oportunidades.

Como detalhamento final, abrimos a seguir os destinos das transições de cada estrato social por ano. Mais uma vez 2004 e 2008 se destacam: apenas 71,96% da classe E continuam na mesma situação quatro meses depois a partir da primeira observação em 2004 — esta estatística cai para 67,57% no período abordado em 2008. Agora, 2008 se destaca mais pelas transições da classe E em direção às D e C, enquanto a presença relativa das transições em relação à classe acompanham o mesmo indivíduo durante quatro meses. Ou seja, analisamos a transição para dentro e fora dos diferentes grupos de renda. E 2008 é o melhor ponto da série. ▀

<sup>1</sup>Este estudo surge de um novo desafio colocado por Carlos Ivan Simonsen Leal, há dois anos, para o CPS ir além das estatísticas de pobreza e estudar a classe média brasileira.

<sup>2</sup>O *status* relativo de renda dos 10% mais altos *vis-à-vis* o resto da distribuição era, segundo os estudos de David Lam e Ricardo Paes de Barros, o que diferencia a concentração de renda no Brasil frente à de outros países, como os Estados Unidos que não é particularmente igualitário.